

NA PISTA DE FRANTZ FANON: notas sobre alienação e racismo¹

ON THE FRANTZ FANON TRACK: notes about alienation and racism

Lucas Woltmann Figueiró²

 **ORCID IDS**

Figueiró LW - <https://orcid.org/0000-0002-8247-5493>

Resumo

O presente escrito trata do conceito de “alienação” na obra de Frantz Fanon (1925-1961). O objetivo é analisar de que modo esse conceito é apresentado pelo autor e que possíveis armadilhas e pistas analíticas legam para o estudo do racismo. Como forma de valorizar a atualidade das críticas de Fanon, aproveito seu arcabouço teórico-conceitual e político para examinar as sutilezas em torno das relações entre saúde e raça. Para tal, analiso documentos e um caso exemplar capazes de ilustrar algumas das tensões em torno do que se reconhece como leucopenia. De modo geral, Frantz Fanon parece apontar os limites de abordagens essencialistas e restritas ao plano subjetivo e oferecer um marco analítico permanentemente crítico e orientado para o caráter contextual, diverso e contingente do racismo. Essas lições e as análises realizadas apontam para a relevância de investir na problematização de narrativas e práticas que, com base em categorias e critérios raciais, justificam agravos na saúde como predisposições “naturais” a certas doenças ou condições.

Palavras-chave: Frantz Fanon (1925-1961). Marco teórico pós-colonial. Racismo. Saúde.

Abstract

The present writing deals with the concept of “alienation” in the work of Frantz Fanon (1925-1961). The objective is to analyze how this concept is presented by the author and what possible pitfalls and analytical clues they leave for the study of racism. In order to appreciate the currentness of Fanon’s criticisms, I take advantage of his theoretical-conceptual and political framework to examine the subtleties surrounding the relationship between health and race. To this end, I analyze documents and an exemplary case capable of illustrating some of the tensions surrounding what is recognized as leukopenia. In general, Frantz Fanon seems to point out the limits of essentialist and restricted approaches to the subjective plane and offer an analytical framework that is permanently critical and oriented towards the contextual, diverse and contingent character of racism. These lessons and the analyzes carried point to the relevance of investing in problematizing narratives and practices that, based on racial categories and criteria, justify health problems as “natural” predispositions to certain diseases or conditions.

Keywords: Frantz Fanon (1925-1961). Post-colonial theoretical framework. Racism. Health.

¹ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Correspondência: lucas.woltmann@ufrgs.br

Recebido em 09 de Julho de 2020; Aceito em 23 de Novembro de 2020.

1 - INTRODUÇÃO

O presente escrito trata do conceito de “alienação” na obra de Frantz Fanon¹ (1925-1961). Enquanto lia “Pele negra, máscaras brancas” (2008 [1952]), num misto de encanto e entusiasmo com sua potência crítica e poética, fiquei inicialmente curioso pelo traço analítico dado por Fanon a pensadores como Sigmund Freud e Karl Marx. Mesmo com um interesse prévio por ambos, foi apenas quando passei a me debruçar sobre outras obras de Fanon, mais especificamente “Antilhanos e Africanos” (1980 [1955]), “Racismo e cultura” (1980 [1956]) e “Os condenados da terra” (1968 [1961]), que comecei a nutrir maior curiosidade pela potência desse conceito. Atendendo a essa curiosidade, tomei como objetivo deste texto analisar de que modo o conceito de “alienação” é apresentado nessas obras. A intenção não é fazer uma exegese da perspectiva de Frantz Fanon, mas, a partir desse conceito, abordar possíveis armadilhas e pistas analíticas legadas para o estudo do racismo. De forma complementar e pontual, aciono também referências como William E. B. Du Bois (2011 [1903]), Léopold Senghor (2011 [1939]), Achille Mbembe (2001), Edward W. Said (2011 [1993]) e Gloria Anzaldúa (2000 [1981]).

De modo a valorizar a atualidade das críticas de Fanon e ilustrar alguns dos aspectos teórico-conceituais por ele trabalhados, tomo algumas sutilezas em torno das relações entre saúde e raça, mais particularmente as tensões em torno da leucopenia, como objeto de estudo. Para tal, além de considerar referências dedicadas ao assunto (LAGUARDIA, 2002; 2005; ABUEL-HAJ, 2007; GONZALEZ, 2010), analiso dois documentos informativos ocupados do mesmo tema, um assinado pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) e outro pelo Instituto de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti do estado do Rio de Janeiro (HEMORIO, 2014), e um caso exemplar envolvendo tensões trabalhistas em Salvador (Bahia), Brasil (CALVO-GONZÁLES, 2009).

1 Nascido no ano de 1925 em Fort-de-France, Martinica (à época colônia francesa e, desde 1946, departamento ultramarino francês), Frantz Omar Fanon teve uma vida curta, falecendo em 1961, mas intensa e aguçada. Além de sua trajetória acadêmica na Universidade de Lyon e de seu inspirador legado intelectual e político, engrossou o exército francês na luta contra o regime nazista, dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville e juntou-se à luta por independência da Frente de Libertação Nacional na Argélia (FANON, 2008; FAUSTINO, 2015).

No que se refere à estrutura, o presente escrito se divide em quatro seções, incluindo essa introdução e breves considerações finais. Na segunda seção apresento um apanhado de reflexões teóricas e conceituais com base em Frantz Fanon. A luz dessas análises, na terceira seção faço análises sobre as relações entre saúde e raça a partir de dilemas em torno do que se reconhece como leucopenia.

2 - ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: NA PISTA DA “ALIENAÇÃO”

Em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), Frantz Fanon realiza um profundo escrutínio do “duplo narcisismo” que enclausura o negro em sua “negrura” e o branco em sua “brancura”. Guiado pelo desejo de “pôr fim” ao “círculo vicioso” que essa clivagem impõe, o autor se dispõe a “determinar as tendências desse duplo narcisismo e as motivações que ele implica” (FANON, 2008, p. 27). Diagnosticadas como “frequentemente muito destrutivas” (FANON, 2008, p. 26), essas metafísicas representam para Fanon uma “concepção maniqueísta do mundo”, um “drama narcisista” repleto de taras e comportamentos doentios que precisam ser compreendidos e liquidados (FANON, 2008, p. 56). E isso representa um aspecto importante no legado do autor. Junto do espírito de “interrogação permanente” (FANON, 2008, p. 43) que transborda de sua obra, investir esforços para a “dissolução total desse universo mórbido” (FANON, 2008, p. 27) com vistas a tornar “possível um encontro saudável entre o negro e o branco” (FANON, 2008, p. 81) é parte fundamental de seu horizonte reflexivo-político. Quando Fanon apresenta o problema desse drama narcisista e traça as direções para seu desmanche, os conceitos “alienação” e “desalienação” são acionados.

Como empreende uma análise psicológica e psicanalítica, Fanon cita Sigmund Freud e aborda as perspectivas e tendências analíticas desses campos à época. Filogenia, ontogenia e sociogenia servem como parâmetro para Fanon enquanto explicita os condicionantes para compreensão do processo de alienação do negro. Ainda que Freud seja elogiado por reagir contra a tese filogenética² e, através da psi-

2 Como analisa Faustino (2015, p. 55), a “psicologia filo-

canálise, se valer de uma perspectiva ontogenética, Fanon (2008, p. 28) tece ressalvas e adverte: “a alienação do negro não é apenas uma questão individual”, e para sua compreensão e enfrentamento, é preciso também recorrer à sociogenia. Esse parece ser o reconhecimento de Fanon quanto a importância de um exame atento das complexas “relações [...] entre a consciência e o contexto social” (FANON, 2008, p. 93), ou em outras palavras, ao fato de a “estrutura neurótica” que está examinando através de seu sóciodiagnóstico da situação colonial e do racismo representar “a eclosão no ego de nódulos conflituais provenientes em parte do meio ambiente, em parte da maneira toda pessoal com que este indivíduo reage a essas influências” (FANON, 2008, p. 82).

Em vista dessas relações, Fanon (2008, p. 28) sugere que, para alcançar a “verdadeira desalienação do negro”, torna-se urgente “uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” que vive. Trata-se de um aspecto fundamental do marco analítico-político legado por Fanon: não bastaria apenas “salvar a alma”, pois “só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares” (FANON, 2008, p. 29). Nesse ponto a influência de referências como Karl Marx, Aimé Césaire e outros parece ecoar. Diante disso, ainda na mesma página e obra, Fanon alerta seus leitores que a realidade do negro “exige uma compreensão total” que considere tanto o “plano” subjetivo quanto o objetivo. Ambos são abordados gradualmente e de forma alternada ao longo das próximas páginas.

2.1 - NAS TEIAS DO “OUTRO”

No plano subjetivo, trata-se de “levar o negro a não ser mais escravo de seus arquétipos” (FANON, 2008, p. 47). Aqui cabe a inserção de um aspecto chave do marco analítico que Fanon legou para seus leitores: uma perspectiva crítica dedicada a contornar essencialismos. Para iniciar a apresentação deste aspecto, recorro brevemente a William Edward Burghardt Du Bois no escrito “Do nosso labor espiritual” (2011 [1903]). Nesse texto, Du Bois (2011, p. 51) elabora o

genética, ou constitucional”, relacionava “o comportamento humano à morfologia e à fisiologia”, criando assim uma “correlação entre o perfil corporal e as características psicológicas dos sujeitos”.

conceito de “dupla consciência”, ou seja, da sensação “de se estar sempre a olhar para si mesmo através dos olhos dos outros, de medir a nossa alma pela bitola de um mundo que nos observa com desprezo trocista e piedade”. A ideia desta passagem deve ficar na memória do leitor, pois ela parece fundamental para pensarmos no conceito de alienação. Ainda que nutrido de uma postura progressista e integradora, esse importante intelectual baliza suas considerações no pressuposto de que negro e branco existem enquanto realidades concretas, raças dotadas de características essenciais, particulares e capazes de fornecer uma à outra “aquelas características que lamentavelmente agora lhes faltam” (DU BOIS, 2011, p. 57). Reconhecendo sua potência, mas também seus limites, interessa aqui pensar a mudança de orientação analítica operada por Fanon. Em sua perspectiva, negro e branco não existem *a priori*, seriam antes produtos da situação colonial. Ambos *chegam a ser* algo justamente na relação, ou seja, através do crivo e da caracterização operada pelo Outro, que a partir daí passa a ser “o suporte de suas preocupações e de seus desejos” (FANON, 2008, p. 147).

Mas não podemos esquecer que esse conjunto de preocupações e desejos são tecidos à sombra do desprezo trocista que Du Bois (2011) denunciou. E esse parece ser outro ponto chave na elaboração intelectual de Frantz Fanon, bem como de Aimé Césaire, Edward W. Said e outros pensadores que hoje ostentam postos basilares no diverso e profícuo marco analítico pós-colonial. É através de narrativas e práticas que relegam o não europeu a um estatuto racial e cultural inferior que, como imagem negativa ou força opositora, se forja a imagem de superioridade europeia. Essa arrogante fantasia de superioridade, por sua vez, foi uma justificativa conveniente para pôr em marcha a perversa missão civilizatória e salvacionista que serviu como “ficção dirigente” (FANON, 2008, p. 179) no regime colonial. Vejamos algumas de suas palavras:

É possível compreender esta proposição? [...] Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. (FANON, 2008, p. 160)

[...] Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. Todas as aves de rapina são negras. (FANON, 2008, p. 161)

[...] o bode expiatório, para a sociedade branca – baseada em mitos: progresso, civilização, liberalismo, educação, luz, refinamento – será precisamente a força que se opõe à expansão, à vitória desses mitos. Essa força brutal, opositora, é o preto que a fornece. [...] (FANON, 2008, p. 164)

Entre críticas e elogios comedidos, Fanon se apoia também em Carl Gustav Jung e aborda o fato de esse procedimento de construção do Outro operar através de um “mecanismo de projeção”. Em sua interpretação, “na medida em que descubro em mim algo de insólito, de repreensível, só tenho uma solução: livrar-me dele, atribuir sua paternidade ao outro”, e como resultado, diz Fanon (2008, p. 161), “ponho fim a um circuito tensional que poderia comprometer meu equilíbrio”. Ou seja, quando rejeita “suas instâncias inferiores, suas pulsões”, suas neuroses, o colonizador busca se desfazer delas as atirando nas “costas de um gênio mau”, neste caso, o negro (2008, p. 164). Estamos diante de um atroz mecanismo de identificação projetiva... Ao refletir sobre os antilhanos a luz das teorizações de Carl Gustav Jung, Fanon nos permite afunilar as análises e alcançar o cerne do conceito de alienação. Segundo ele, através de um processo prolongado e violento de socialização provocado pela situação colonial, ou seja, de uma “imposição cultural irrefletida”, o antilhano passou a partilhar o “inconsciente coletivo” do europeu, incluindo aí todos seus arquétipos sobre o negro (FANON, 2008, p. 162). Desse modo, se o branco já havia escolhido o negro para ser “portador do pecado original”, o “preto, irrefletidamente, aceita”, e “após ter sido escravo do branco, ele se auto-escraviza” (FANON, 2008, p. 162). Ao aceitar esses arquétipos, “o jovem negro, identificando-se ao civilizador, fará do preto o bode expiatório de sua vida moral” (FANON, 2008, p. 164), e, como resultado, passa a combater a “própria imagem” (FANON, 2008, p. 163).

Em “Racismo e cultura” (1980 [1956]), Fanon esboça argumentos interessantes para seguirmos nes-

sa pista. Para ele, como resposta à violência imposta pelo colonizador e à impossibilidade de “outra solução” imediata, a população inferiorizada se viu diante da alternativa infernal de “imitar o opressor e com isso desracializar-se”, a partir daí passando a partilhar “com a ‘raça superior’ as convicções, as doutrinas, e tudo o que lhe diz respeito” (FANON, 1980 [1956], p. 42). Ou seja, na medida em que o colonizado se vê diante da “liquidação dos seus sistemas de referência” e do “desabar dos seus esquemas culturais”, o “opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade”, atua de forma a “impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular”, a nutrir “um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir” (FANON, 1980 [1956], p. 42). Essa imposição de um juízo pejorativo acerca de si, ainda que “nunca [...] totalmente conseguida”, gerando “fenômenos imprevistos, heteróclitos”, Fanon (1980 [1956], p. 42) define como alienação.

Nesse texto, o termo alienação parece surgir como alternativa conceitual para se referir ao processo pelo qual o conjunto de estigmas e aberrações cuja existência ocorre sob forma de redução, essencialização e naturalização é interiorizado pelo sujeito, que, a partir daí, o usa como referência. O cerne desse conceito como movimento de arremesso à cultura imposta e algumas de suas características chave são bem elaborados por Fanon ainda em “Racismo e cultura” (1980 [1956], p. 43):

O grupo inferiorizado tinha admitido, com uma força de raciocínio implacável, que a sua infelicidade provinha diretamente das suas características raciais e culturais.

Culpabilidade e inferioridade são as consequências habituais desta dialética. O oprimido tenta então escapar-lhes, por um lado, proclamando a sua adesão total e incondicional aos novos modelos culturais e, por outro lado, proferindo uma condenação irreversível do seu estilo cultural próprio [...]

Tendo julgado, condenado, abandonado, as suas formas culturais, a sua linguagem, a sua alimentação, os seus procedimentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se, o oprimido, com a energia e a tenacidade do náufrago, arremessa-se sobre a cultura imposta.

Do outro lado da moeda, analisa Fanon alguns anos

depois em “Os condenados da terra” (1968 [1961], p. 175), no afã de sustentar a “alienação cultural tão característica da época colonial”, os colonizadores buscaram conscientemente “meter na cabeça dos indígenas que a partida do colono significaria para eles o retorno à barbárie, ao aviltamento, à animalização”, ou seja, ao cenário de estereótipos e estigmas com os quais eram enquadrados. Ao mesmo tempo, segue Fanon (1968, p. 175), no “plano do inconsciente”, o colonizador se reconhecia como “uma mãe que a todo momento impede um filho fundamentalmente perverso de se suicidar, de dar livre curso a seus instintos maléficos”, ou seja, uma mãe que “defende o filho contra ele mesmo, contra seu ego, contra sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica”. Peço que as/os leitoras/as retenham essa fantasia (ela sim notadamente perversa) na memória, pois é com base nela e à luz do conjunto de análises da presente seção que será possível compreender a provocação que esboço na terceira parte desse escrito.

2.2 O REFÚGIO NO “EU PRIMORDIAL” E SUAS ARMADILHAS...

Mas como dito no início deste escrito, Fanon estava interessado em liquidar com esses desejos e comportamentos patológicos, e para tal, se resignar a teorizações seria insuficiente. Chegamos no terreno da desalienação. Em “Pele negra, máscaras brancas” (2008, p. 44), Fanon define como seu objetivo “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”. Para tal, se esforçou para “permitir ao homem de cor compreender, com a ajuda de exemplos precisos, as causas psicológicas que podem alienar seus semelhantes” (FANON, 2008, p. 81). Nesse ínterim, romances autobiográficos como “*Je suis Martiniquaise*” de Mayotte Capécia, “*Um homme pareil aux autres*” de René Maran e outras fontes são utilizadas como base para elaborações provocativas e com profundo alcance epistemológico, político e poético. No entanto, mesmo oferecendo imagens e análises precisas das realidades que desejava liquidar, Fanon foi sábio ao alertar seus leitores que o processo em prol da desalienação não é uma tarefa simples, seja pela diversidade de naturezas e repercussões das formas de alienação, seja pelas armadilhas dispersas em seu caminho.

Em “Racismo e cultura” (1980 [1956], p. 45), por exemplo, Fanon sugere que, quando o inferiorizado descobre a “inutilidade da sua alienação” e começa a tomar consciência da “profundidade do seu despojamento”, há um movimento apaixonado de retomada da “cultura” outrora “abandonada, rejeitada, desprezada”, uma espécie de “sobreevalorização que se assemelha psicologicamente ao desejo de se fazer perdoar”. Ou seja, como reação à negação e à violência sofrida no regime colonial, o colonizado se volta para o resgate e a revalorização das imagens daquilo que julgava ser antes da colonização. Como ele sugere em “Antilhanos e Africanos” (1980 [1955]), ao se descobrir “filho de escravos transplantado”, o homem “sente a vibração da África no mais fundo do seu corpo e apenas aspira a uma coisa: mergulhar no imenso ‘buraco negro’” (FANON, 1980 [1955], p. 31). Passo a passo, rastreando heranças míticas, positivando reminiscências e “criando pseudópodes aqui e ali”, uma “feérica cultura negra” emergiu do “outro lado do mundo branco” (FANON, 2008, p. 113). No entanto, às costas desse movimento de retomada, uma armadilha começa a ganhar forma... Nas passagens a seguir, a pertinência subjetiva desse movimento de revalorização é analisada por Fanon a luz das “atitudes paradoxais” que evoca:

A cultura capsulada, vegetativa, após a dominação estrangeira, é revalorizada. *Não é repensada, retomada, dinamizada de dentro. É clamada. E esta revalorização súbita, não estruturada, verbal, recobre atitudes paradoxais.*

[...] *Os costumes, tradições, crenças, outrora negados e silenciados, são violentamente valorizados e afirmados.*

A tradição já não é ironizada pelo grupo. O grupo já não foge a si mesmo. [...]

O passado, doravante constelação de valores, identifica-se com a Verdade.

Esta redescoberta, esta valorização absoluta de modalidade quase irreal, objetivamente indefensável, reveste uma importância subjetiva, incomparável. Ao sair destes esponsais apaixonados, o autóctone terá decidido, com “conhecimento de causa”, lutar contra todas as formas de exploração e de alienação do homem. [...]

[...] o mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade. (FANON, 1980 [1956], p. 46-47, *grifos nossos*)

Os “mergulhos” de que fala Fanon parecem ser condição de liberdade na medida em que partem de uma tomada de consciência quanto à profundidade e à extensão da violência colonial, e, a partir daí, tornam possível ou mesmo talvez necessário “como mecanismo de defesa” (FANON, 2008, p. 46) uma revalorização de sistemas de referências outrora desprezados. É nesse sentido que essa reação é analisada por Fanon em “Os condenados da terra” (1968, p. 176) como uma “antítese afetiva senão lógica desse insulto que o homem branco fazia à humanidade”, pois, contra o desprezo,

[...] reagem admirando ou cantando a si mesmos. *A afirmação incondicional da cultura europeia sucede a afirmação incondicional da cultura africana.* Em conjunto, os chantres da negritude opuseram a velha Europa à jovem África, a razão enfadonha à poesia, a lógica opressiva à natureza impetuosa, de um lado rigidez, cerimônia, protocolo, ceticismo, do outro, ingenuidade, petulância, liberdade e - por que não? - abundância. Mas também irresponsabilidade. (FANON, 1968, p. 177, *grifos nossos*)

No entanto, e aqui começam as atitudes paradoxais, quando para isso é necessário afirmar que as tradições, costumes e a “raça” possuem uma essência particular e diferente se comparada a outras, ou seja, que há uma “singularidade cultural africana”, há simultaneamente um “profundo investimento na ideia de raça e uma radicalização da diferença” (MBEMBE, 2001, p. 181). Neste movimento reativo, por conseguinte, persiste e ganha novo impulso a ideia “de que existe um ‘nós’ e um ‘eles’, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente auto evidente” (SAID, 2011 [1993], p. 28). Para Fanon isso é analiticamente problemático, visto que toma como ponto de partida a mesma explicação essencialista que ele trabalhava para colocar em xeque.

As armadilhas se multiplicam pelo fato de essa “singularidade” ser afirmada com base nos mesmos estereótipos e fetiches raciais com que o branco enquadrava o negro no regime colonial, mesmo que a partir daí considerando como superior aquilo que outrora era taxado de inferior (como, por exemplo, valores essenciais como emoção, vínculos com o natural e o sobrenatural, etc.). Nesse ponto floresce uma importante crítica ao movimento da negritude,

ao pan-africanismo e à algumas de suas lideranças. Para Fanon, ao sustentar que, por exemplo, “a emoção é negra, como a razão é helena” (SENGHOR, 2011 [1939], p. 75), há um aceite do enquadramento, do crivo do branco, que igualmente enclausura, mistifica, aliena. A luz disso, Fanon (2008, p. 30) é enfático: “aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Rejeitando essa via, Fanon (2008, p. 188) prefere afirmar que “o mundo negro” não “dita” sua “conduta”, e isso na medida em que a “pele negra não é depositária de valores específicos”. O alerta de Fanon parece ser que, quando como mecanismo de defesa as paredes da *negrura* são reforçadas, as duas metafísicas acabam permanecendo intactas, e isso mesmo que as regras do perverso jogo de hierarquização que outrora as guiava sejam parcialmente reorganizadas.

Esse alerta fica mais explícito no escrito “Antilhanos e Africanos” (1980 [1955], p. 31) publicado na coleção “Em defesa da revolução africana” (1980 [1969]), onde Fanon é ácido ao sugerir que, o antilhano, “após o grande erro branco, está agora em vias de viver na grande miragem negra”. O risco dessa essencialização reativa, portanto, parece ser sair de uma armadilha e cair em outra. Como efeito colateral desse movimento, o nódulo chave do “duplo narcisismo” que Fanon definiu como objeto de estudo e liquidação em “Pele negra, máscaras brancas” (2008) acaba sendo fortalecido. A ideia de “alma negra” nessa miragem reifica a *negrura* como essência metafísica capaz de dar vazão a um “Eu primordial” (FANON, 2008, p. 117), e, assim, ajuda a restituir a ideia de que há uma diferença intrínseca se comparado a um suposto “Eu primordial” branco. De forma paradoxal, o que deveria servir como plataforma para o reconhecimento dos sistemas de referência não europeus, acabou sendo conveniente para “melhor indicar a extensão na qual o mundo do nativo, em sua naturalidade, não coincidia, de forma alguma”, com o europeu (MBEMBE, 2001, p. 179).

2.3 NEM UM, NEM OUTRO: PELA LIBERDADE, PELO FUTURO...

Diante disso, nem erro branco, nem miragem negra, trata-se de promover a “desalienação em prol da

liberdade” (FANON, 2008, p. 191). Para Fanon (2008, p. 31), “esta atitude” de busca pelas *tradições* e valores *autóctones* perdidos, “tão absolutamente bela” e importante sob aspectos subjetivos, se torna problemática na medida em que “rejeita a atualidade e o devir em nome de um passado místico”. E isso tem implicações analíticas e políticas importantes, já que, como efeito colateral, pode causar um obscurecimento da diversidade e da complexidade dos problemas contemporâneos que levam à alienação do negro, e por conseguinte, dos caminhos para sua desalienação. Isso transparece de em uma passagem de “Os condenados da terra” (1968, p. 194) quando Fanon aborda o tema da *cultura nacional*:

Não é suficiente portanto mergulhar no passado do povo para aí encontrar elementos de coesão em face dos empreendimentos falsificadores e negativos do colonialismo. É necessário trabalhar, lutar no mesmo ritmo do povo a fim de determinar o futuro, preparar o terreno onde já manifestam impulsos vigorosos. [...] Os homens de cultura africanos que se batem ainda em nome da cultura negro-africana, que multiplicaram os congressos em consideração à unidade dessa cultura, devem hoje perceber que sua atividade se reduz a confrontar fragmentos ou comparar sarcófagos.

Para ele, muito além de “comparar sarcófagos”, seria preciso examinar a realidade e preparar o terreno para o futuro. Não seria produtivo, advoga Fanon (1968, p. 186), “deixar-se hipnotizar pelos farrapos mumificados que, estabilizados, significam pelo contrário a negação, o excesso, a ficção”. Na sua interpretação, “querer apegar-se à tradição ou reatualizar as tradições abandonadas é ir não somente contra a história, mas contra seu próprio povo”, e isso na medida que a partir da luta travada contra as imposições coloniais a própria “tradição” desse povo “muda de significação” (FANON, 1968, p. 186). Como defende ao citar Karl Marx em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” [1852], a “revolução social não pode obter sua poesia do passado, mas apenas do futuro”, e para tal, é preciso “deixar os mortos enterrarem os mortos” (FANON, 2008, p. 185). Isso significa que, em vez de se limitar às “determinações do passado” (FANON, 2008, p. 190), é preciso manter os olhos no presente, no futuro, no devir, pois os “vietnamitas que morrem diante do pelotão de fuzilamento”, sugere Fanon (2008, p. 188), “não esperam que seu sacrifício faça

reaparecer o passado. É em nome do presente e do futuro que eles aceitam morrer”.

E isso ganha forma de sugestão: “deveria ser iniciada uma autêntica compreensão da realidade do negro, em detrimento da cristalização cultural” (FANON, 2008, p. 170). Nesse ponto torna-se possível conectar com o plano objetivo citado no início deste escrito, aquele relativo às condições sociais e econômicas que, articuladas aos arquétipos antes citados, atuam de forma a promover e sustentar a alienação do negro. É por meio dessa pista que alcançaremos de forma mais sistemática a compreensão total e contextual que o marco analítico de Fanon lega. Nas passagens a seguir fica claro o porquê:

Não cessarei de repeti-lo, é evidente que o esforço de desalienação do doutor em medicina de origem guadalupense se faz compreender a partir de motivações essencialmente diferentes daquelas do preto que trabalha na construção do porto de Abidjan [Costa do Marfim]. Para o primeiro, a alienação é de natureza quase intelectual. Na medida em que concebe a cultura europeia como um meio de se desligar de sua raça é que ele é um alienado. Para o segundo, é como vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior. (FANON, 2008, p. 185)

Para o preto que trabalha nas plantações de cana em Robert só há uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, a miséria e a fome. (FANON, 2008, p. 185-186)

Estou convencido de que há grande interesse em entrar em contato com uma literatura ou uma arquitetura negra do século III a.C. Ficariamos muito felizes em saber que existe uma correspondência entre tal filósofo preto e Platão. Mas não vemos, absolutamente, em que este fato poderia mudar a situação dos meninos de oito anos que trabalham nas plantações de cana da Martinica ou de Guadalupe. (FANON, 2008, p. 190)

Depois de ter reconhecido a importância subjetiva (FANON, 1980 [1956], p. 46-47) da afirmação incondicional da cultura africana frente à afirmação incondicional da cultura europeia, Fanon é intenso nas crí-

ticas quanto a sua efetividade em termos objetivos ou práticos em prol dos esforços dedicados à desalienação do negro. A ideia geral que parece importante reter destas passagens, nesse íterim, é que além do processo de alienação possuir distintas naturezas e matizes, os também diversos meios de levar adiante a desalienação do negro não se concretizarão caso sejam considerados de forma restrita ao plano das ideias, do conhecimento, e deixem de lado seus aspectos materiais e existenciais. O peso da exploração capitalista dentro do marco analítico de Fanon parece tamanho que, em “Antilhanos e Africanos” (1980 [1955]), chega a sugerir que na Martinica,

O problema racial está recoberto por uma discriminação econômica e, numa determinada classe social, é sobretudo produtor de anedotas. As relações não se alteram com as acentuações epidérmicas. Apesar da maior ou menor carga de melanina, existe um acordo tácito que permite a uns e a outros reconhecerem-se como médicos, comerciantes, operários. Um negro operário estará do lado do mulato operário contra o negro burguês. Temos aqui a prova de que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, um manto, uma surda emanção ideológica que se despe de uma realidade econômica. (FANON, 1980 [1955], p. 22)

Sob pena de uma compreensão parcial ou míope, essa discriminação econômica que *recobre* o problema racial precisa ser devidamente considerada nas análises, pois como Fanon sugere em “Pele negra, máscaras brancas” (2008, p. 169-170), o “problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos” neuróticos, ele se estende aos “negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca”. Parece haver um aceno quanto a necessidade de problematizar como formas de exploração capitalista se imbricam, mesmo que não se reduzam, à inferiorização e à exploração justificadas com base em marcadores raciais. Como Fanon bem sugeriu no escrito “Racismo e cultura” (1980 [1956], p. 44), na medida em que “não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro”, o racismo passou a operar como “explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta interiorização”. E isso responde, em parte, às estruturas econômicas que necessitam de formas perversas de subjugação como as desses *meninos de oito anos que*

trabalham nas plantações de cana da Martinica ou de Guadalupe que Fanon usa como exemplo. Diante desse cenário mórbido, Fanon sugere ser preciso incentivar o homem a conscientizar sua situação e a agir – ou não, já que “trata-se de deixar o homem livre” (FANON, 2008, p. 26)! – diante da origem de seu conflito (para ele, as estruturas sociais), tudo com vistas a “tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (FANON, 2008, p. 95).

2.4 - NO QUE CONVÉM ÀS ANÁLISES...

Com base na leitura das obras de Frantz Fanon, creio que sustentar um espírito de “interrogação permanente” e investir numa atenção redobrada aos “mínimos recantos” (FANON, 2008, p. 43) sejam pistas fundamentais de seu marco analítico. Para tal, parece necessário reconhecer que estamos diante de realidades e formas de alienação de natureza notadamente diversas. Nesse ponto, a pista parece ser rastrear e valorizar analiticamente cada situação à luz de seu contexto, particularidades e dilemas. A mesma premissa precisa valer para as formas de desalienação. Se por um lado o negro que busca na “cultura europeia” um “meio de se desligar de sua raça” é um “alienado” (FANON, 2008, p. 185), por outro, o fato de um martinicano se dedicar a aprender o francês de acordo com o jogo linguístico valorizado pelo colonizador pode representar uma “chave susceptível de abrir as portas que, há apenas cinquenta anos, ainda lhe eram interditas” (FANON, 2008, p. 50). Não há resposta fácil e definitiva, ao contrário. Como lembra o autor, “a experiência negra é ambígua, pois não há um preto, há pretos” (FANON, 2008, p. 123). E é essa diversidade e ambiguidade que, sob pena de simplificar e congelar nossos parceiros de pesquisa e seu universo, precisamos rastrear etnograficamente.

Enfim, as pistas deixadas por Frantz Fanon parecem apontar para que se evite assumir como ponto de partida posições estanques sobre quem seriam os entes em contato, que tipo de valores e identidade possuem ou deveriam possuir. Essências importam menos analiticamente que a compreensão de relações cotidianas, de dilemas, de “exemplos precisos” (FANON, 2008, p. 81) sobre as formas “heteróclitas” de alienação (FANON, 1980 [1956], p. 42) em curso. Nesse sentido, como bem elabora Glória Anzaldúa

(2000, p. 233), “nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular”. Com base nas ideias de Frantz Fanon, acredito que esse sacrifício não deve ser feito, e para tal, a pista é “procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade” (FANON, 1980 [1956], p. 40). É nesse espírito anti-essencialista, permanentemente crítico e atento ao caráter contextual, diverso e contingente que Fanon oferece a seus apreciadores onde pulsa sua grande potência analítica e atualidade.

3 - NAS TEIAS DO TRABALHO: SAÚDE E RAÇA

[...] uma sutileza que se esconde, um nódulo que persiste. (FANON, 2008, p. 50)

Seguindo a pista de procurar as “repercussões do racismo” em diferentes “níveis de sociabilidade” (FANON, 1980 [1956], p. 40) e pensar a partir de “exemplos precisos” (FANON, 2008, p. 81), o objetivo dessa seção é analisar algumas “sutilezas” nas relações entre saúde e raça através das tensões em torno da leucopenia. Como convido a pensar a partir da citação de abertura, parto do pressuposto que a ferida aberta pela experiência colonial persiste e está dispersa em nosso cotidiano, por vezes não conscientizada ou mesmo reconhecida, mas nem por isso menos problemática ou perversa. Para valorizar Fanon, seu marco analítico e atualidade, e ilustrar alguns “nódulos” que persistem, analiso um caso exemplar envolvendo tensões trabalhistas em Salvador (BA), Brasil (CALVO-GONZÁLES, 2009) a luz de alguns dos aspectos teórico-conceituais discutidos na seção anterior.

As citações a seguir dão o tom do problema abordado:

O relatório final da mesa redonda sobre “A Saúde da População Negra”, realizada em 1996, sob o patrocínio do Ministério da Saúde, refere que a população negra brasileira apresenta uma especificidade genética que a distingue da “de qualquer outra parte do mundo”. [...] A atual frequência, distribuição e causalidade das doenças mais incidentes na população brasileira afrodescendente é influenciada por estas características de ordem genética e ainda fortemente por fatores socioeconômicos [...]. (BRASIL, 2001, p. 9)

Sabe-se que cada raça ou etnia tem peculiaridades próprias, diferenciando-se na magnitude dos riscos biológicos, ambientais, psico e socioculturais para doenças. (BRASIL, 2001, p. 45)

Essas passagens foram retiradas do “*Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente*” (2001) produzido pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde com base em discussões realizadas no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Nele, condições como anemia e doenças falciformes, deficiência de Glicose-6-Fosfato Desidrogenase, hipertensão arterial, diabetes mellitus e síndromes hipertensivas na gravidez são apresentadas levando em consideração sua suposta maior suscetibilidade e/ou peculiaridade na “população brasileira afro-descendente”.

Quando tive contato com esse documento, expressões como “especificidade genética” da “população negra brasileira” e “peculiaridades próprias” de “cada raça ou etnia” me deixaram sob alerta. Provocado, passei a procurar referências acadêmicas e documentais que pudessem fornecer um panorama sobre o tema. De modo geral, o debate parece girar em torno da possibilidade de certo conjunto de elementos biológicos, esse ou aquele gene, influir ou não na predisposição para o desenvolvimento de certas condições ou patologias. A forma como “raça” entra nessa equação, em particular, me pareceu um tanto problemática. O critério racial tem sido acionado como marcador prévio e preponderante para o exercício de comparações sobre a biologia e as condições de saúde/doença de grupos humanos. A síntese a seguir, oferecida por Josué Laguardia (2002, p. 417), ajuda a ilustrar parte do raciocínio em jogo:

[O] modelo genético de causalidade das doenças se apoia em três pressupostos básicos: a raça é uma categoria biológica válida, os genes que determinam a raça estão vinculados aos genes que afetam a saúde e a saúde de qualquer comunidade é consequência da constituição genética dos indivíduos que a compõem.

Se ao ler Frantz Fanon fortaleci minha convicção de abandonar qualquer resposta fácil e definitiva que recorra à afirmação de alguma essência, “especificidade” ou “peculiaridade” que fixasse uma diferença

intrínseca e natural entre os seres humanos, como pensar esse cenário? Decerto referências interessantes no tema, com destaque ao próprio Josué Laguardia, também apresentam abordagens que consideram, “de maneira direta e indireta, os efeitos da exposição a fatores sociais” complexos (LAGUARDIA, 2005, p. 379), ou seja, que valorizam analiticamente o peso e a influência de aspectos como racismo, desigualdades socioeconômicas, condições de vida, etc. e isso na medida em que conformam “desigualdades na exposição, na suscetibilidade e na resistência às agressões e processos patogênicos ao longo da vida” (LAGUARDIA, 2005, p. 380). No entanto, como advertiu Fanon em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), devemos fazer o “processo dos mistificados e dos mistificadores, dos alienados”, e, sendo assim, “não é porque o fígado de meu doente funciona bem que direi: seus rins são saudáveis. Sendo constatado que o fígado é normal, abandono-o à sua normalidade, e dirijo minha atenção aos rins; no momento os rins estão doentes” (FANON, 2008, p. 45). Se há quem reconheça o panorama mais amplo no lugar de embarcar em explicações essencialistas e deterministas, deixo eles de lado. É preciso olhar para os “rins”, para os mistificadores e mistificados, para os alienados...

Para tal, o estudo de Elena Calvo-Gonzalez (2009) sobre o caso de trabalhadores do setor de indústrias químicas na cidade de Salvador (BA), Brasil, me pareceu emblemático para, à luz das elaborações teórico-conceituais de Fanon estudadas na seção passada, discutir as controvérsias entre saúde e raça. Antes disso, no entanto, gostaria de identificar algumas questões introdutórias e gerais sobre a Leucopenia, condição de saúde que está no centro do estudo de Calvo-Gonzalez (2009). Para tal, além do documento já citado (BRASIL, 2001), recorro a explicações oferecidas por um artigo dedicado ao tema (GONZALEZ, 2010) e pelo “Manual do paciente – Leucopenia” produzido e divulgado pelo Instituto de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti do estado do Rio de Janeiro (RJ), Brasil (HEMORIO, 2014).

De acordo com essas referências, a condição identificada como Leucopenia passa pela contagem dos chamados leucócitos ou glóbulos brancos, um dos principais tipos de células sanguíneas junto das plaquetas e das hemácias ou glóbulos vermelhos. Essa

condição passaria a ser aventada quando, com base no resultado de um exame de sangue (hemograma), uma contagem menor do que 4.000 leucócitos por mm^3 é constatada (GONZALEZ, 2010). Sendo a defesa do organismo contra infecções uma das mais importantes responsabilidades dos leucócitos (HEMORIO, 2014), quando há uma redução na contagem, cujas causas podem passar por doenças infectocontagiosas, hereditárias, autoimunes, reação a drogas, entre outras, crescem as chances do desenvolvimento de infecções, sendo as mais comuns na pele, nas mucosas e no trato respiratório (GONZALEZ, 2010). Mas para haver uma redução do número de leucócitos no sangue, ou seja, a constatação de um desvio, é preciso levar em consideração um valor de normalidade. Ocorre que o que se considera um valor normal não é o mesmo para todos, e é aí que entram em cena os critérios e as clivagens raciais.

Isso se manifesta, por exemplo, quando o manual produzido pelo Hemorio (2014) aborda o que chama de “Leucopenia Racial ou Constitucional”. Para os especialistas desse instituto, “entre os *fatores naturais* que interferem no número de leucócitos, *destaca-se a variação racial*, que em nosso meio é significativa, visto a nossa grande miscigenação racial” (HEMORIO, 2014, p. 6, *grifos nossos*). Tentando passar convicção quanto a existência de diferenças “naturais” no número de leucócitos, o Hemorio (2014, p. 6) atesta que “já está bem estabelecido que os valores considerados normais são diferentes para brancos, negros e outras etnias”. No entanto, trata-se de uma inferência sob disputa... Um exemplo rápido a respeito da diversidade de posições sobre o assunto são as inconclusões apresentadas no “*Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente*” (2001) já citado, onde diferente das outras condições e patologias que o documento aborda, a Leucopenia é identificada como carente “de investigação complementar” que a considere como mais frequente “entre negros por razões étnicas” (BRASIL, 2001, p. 7). Para o Hemorio (2014, p. 5), no entanto, “indivíduos de determinadas etnias (raça negra e negróide) apresentam leucócitos, normalmente, em torno de $3.000/\text{mm}^3$ ”, menos do que os valores médios normalizados para brancos e outras “etnias”, algo entre 4.000 e $11.000/\text{mm}^3$. Porém, pouco a pouco essa certeza do Hemorio vai se

diluindo, e isso na medida em que, como o próprio instituto (2014, p. 6) adverte de forma tímida, considerando a “ausência de valores formalmente estabelecidos e divulgados, cabe ao médico-internista e ao hematologista, uma conclusão para cada caso isoladamente”.

A bem da verdade, o cenário ideal para acompanhar e reconhecer a leucopenia na visão do Hemorio (2014) passaria pela manutenção de históricos particulares sobre a quantidade de leucócitos dos indivíduos, de forma a acompanhar a média de cada um, ou seja, sua normalidade, e se for o caso, sua redução de ordem patológica, como condição adquirida por fatores ambientais. No entanto, sem a posse desses registros individuais, o Hemorio (2014, p. 6) admite como racial ou “constitucional, toda leucopenia, persistente e constante, que após ampla investigação, nenhuma causa reativa possa ser apontada que a justifique”. Sem encontrar explicações para o desenvolvimento dessa condição, a justificativa passa a ser a “natureza” de certos corpos, em tese mais propensos a níveis baixos de leucócitos no sangue. E isso leva o Hemorio a afirmar que a Leucopenia racial ou constitucional seria um “caso de ‘falsa leucopenia’”, pois em casos como esse, “o indivíduo é normal”, e se “seu exame sai da média da normalidade”, é apenas “por questões constitucionais” que “não tem qualquer significado patológico” (HEMORIO, 2014, p. 8).

O significado patológico ganha espaço quando o Hemorio apresenta a “Leucopenia Ocupacional” ou adquirida. Nesse momento, a Leucopenia é apontada como uma das “causas mais frequentes” de “não-aptidão e de afastamento do trabalho”, especialmente em atividades que “envolvam substâncias químicas, ingeridas, manuseadas e/ou inaladas (querosene, gasolina, inseticidas, tintas, redutores etc.) ou agentes físicos (radiação ionizante)” (HEMORIO, 2014, p. 5). Nesse ínterim, a exposição ao benzeno e seus derivados é lembrada como uma das principais causas para desenvolver essa condição, podendo levar ao que se chama de benzenismo, ou seja, “um estado (agudo ou crônico) de intoxicação pelo benzeno, que leva a alterações de diversos sistemas e tecidos” (HEMORIO, 2014, p. 5). Todavia, as inferências sobre a leucopenia adquirida vêm acompanhada de uma res-

salva providencial (talvez perversa) por parte do Hemorio: “a leucopenia é a manifestação hematológica mais frequente de comprometimento pelo benzeno, constituindo-se, por vezes, em situações clínicas de difícil elucidação e diagnóstico” (HEMORIO, 2014, p. 5).

Convém organizar e associar algumas das “sutilezas” suscitadas nas passagens até então citadas. De um lado, a *ausência de valores formalmente estabelecidos e divulgados* que pode levar o *médico-internista e o hematologista* a trabalharem em uma *conclusão para cada caso* de leucopenia *isoladamente*. De outro, o fato de a exposição a substâncias químicas nocivas ser *de difícil elucidação e diagnóstico* em casos de desenvolvimento de uma possível “Leucopenia Ocupacional”. No centro, convicções na chamada “Leucopenia Racial ou Constitucional”, também chamada de “falsa leucopenia”, como marcador de supostas diferenças biológicas entre grupos humanos. Em meio a este “nó” parece conveniente inserir as análises de Elena Castro-Gonzáles (2009). Sem entrar nos pormenores de seu escrito, seu aspecto chave parece ser o fato de a “condição ambígua da leucopenia” possibilitar um uso contraditório e “manipulador” no âmbito trabalhista do setor de indústrias químicas na cidade de Salvador (BA), Brasil (Calvo-Gonzáles, 2009, p. 11). Vejamos esse “uso” através de três exemplos:

Uso 1:

Em casos onde exames laborais de rotina identificavam baixos níveis de leucócitos nos trabalhadores, a leucopenia era interpretada como “estágio anterior ao desenvolvimento de consequências mais graves do benzenismo” e, portanto, justificativa suficientemente conclusiva para “intervenção na vida do trabalhador afastando-o da exposição ao produto químico supostamente causadora do problema” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 8).

Uso 2:

Em casos onde era grande a possibilidade da condição leupênica ser identificada como adquirida, ou seja, como reflexo de um “acidente de trabalho”, o que garantiria ao trabalhador “receber direitos da Previdência Social, como ‘auxílio-doença’ ou ‘apo-

sentadoria por invalidez”, ela “é considerada pela Hematologia e pela própria Clínica do Trabalho como inconclusiva da condição de caso de benzenismo” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 9). O diálogo entre um médico do trabalho e Mateus, trabalhador do Polo Petroquímico de Camaçari, relatado por Calvo-González (2009, p. 9-10) a partir da pesquisa do sociólogo Luiz Correia é um potente exemplo de como a tese da “especificidade racial da leucopenia e sua negação como marcador para casos de benzenismo” é usado de forma conveniente aos interesses patronais:

Mateus: Doutor, eu estou com um problema que eu nunca tive, eu estou sentindo uns sintomas e eu acho que devo me afastar pra ver se eu ainda tenho recuperação...

Médico: Você não tem nada pra se afastar, você é de onde?

Mateus: Eu sou baiano.

Médico: Mas você, raça mestiça, raça negra, tem tudo pra ter os leucócitos baixos...

Mateus: Mas doutor, antigamente, eu vou mostrar aqui pro senhor alguns exames que eu fiz antigamente, tá vendo aqui doutor? Meus resultados tem 7500, 7200 [mm³], nessa época eu era branco? Porque hoje estou com um problema adquirido aqui dentro da empresa eu sou preto?

Médico: Não comente isso com ninguém, não fale com seu chefe não...

Mateus: Eu acho que eu tenho que falar, o senhor me disse que eu era preto porque eu estou doente...

Médico: Ora rapaz, se você quer se complicar, se você quer se afastar, eu vou lhe encaminhar para o INSS... (CORREIA, 1998, p. 174 apud CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 10)

Uso 3:

Paradoxalmente, e isso expressa bem o caráter perverso do que está em disputa, a leucopenia é considerada conclusiva quando serve de critério para a contratação ou não de novos funcionários. Segundo Calvo-González (2009, p. 11), durante a realização de exames pré-admissionais, “alguns indivíduos eram identificados como leucopênicos e por conseguinte, não eram contratados”. Esse fato gerou “desconforto

entre certos setores do sindicalismo e entre muitos trabalhadores”, pois era com base na justificativa de uma predisposição racial à condição leucopênica que a posse de uma baixa contagem de leucócitos era “considerada como incapacitante para contratação” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 11). É esse uso manipulador que parece levar à alienação do negro em contextos como esse, pois segundo conclui a autora, a “associação entre leucopenia e corpo desviante” levava à “estigmatização do corpo negro e a exclusão destes trabalhadores de um dos mercados de trabalho” que, no “contexto do estado da Bahia e até pouco tempo atrás, oferecia melhores salários e condições de trabalho para trabalhadores sem formação de nível superior” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 11).

“Você, raça mestiça, raça negra, tem tudo pra ter os leucócitos baixos”, diz o médico ao funcionário do Polo Petroquímico de Camaçari. Nessa cena, o homem é reduzido às expectativas que se tem sobre a “raça” e sua suposta particularidade. Nela, o problema ligado a leucopenia parece passar menos pela exposição a substâncias nocivas e seus efeitos deletérios ao trabalhador do que pela “natureza de certos corpos” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 8). Acredito ter sido justamente a representação da leucopenia “enquanto condição do corpo negro ou da população negra”, ou seja, como “diferença intrínseca dos corpos negros” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 5), que permitiu levar adiante formas perversas de alienação como essas, pois nesse raciocínio, “a raça torna-se uma causa subjacente para a presença” de certa condição “em vez de ser reconhecida como variável substituta (proxy) de outras variáveis (status sócio-econômico, discriminação) mais relevantes” (LAGUARDIA, 2005, p. 387-388). Instituições, médicos, estruturas econômicas, formas de exploração e exclusão do homem se imbricam... Como bem alertou Frantz Fanon, a compreensão precisa ser total.

Nesse momento peço que o leitor relembre uma passagem de Fanon em “Os condenados da terra” (1968, p. 175) citada na seção anterior, mais precisamente quando o autor aborda o sentimento do colonizador quanto ao fato de, inconscientemente, se representar como uma mãe que “defende o filho contra ele mesmo”, ou seja, “contra sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica”. No caso ilustrado por Calvo-González (2009), o hematologis-

ta que manipula as inconclusões em torno da leucopenia em prol dos interesses patronais desponta como aquele que, de forma perversa, visa defender o sujeito racializado “contra sua fisiologia, sua biologia”. A “infelicidade” de supostamente predisposto a essa condição, e, portanto, de ser excluído da esfera produtiva ou ter seus direitos trabalhistas negados, é aprestada como natural e inevitável em virtude “de suas características raciais” (FANON, 1980 [1956], p. 43). Aqui as atitudes paradoxais lembradas por Fanon na seção passada ganham novo fôlego, pois quando se torna necessário afirmar que a raça possui uma essência particular e diferente de todas outras, agora do ponto de vista biológico e não cultural, ou seja, que haveria uma especificidade nos corpos da população afro-brasileira e que seria a partir dela que deveríamos pensar as condições de saúde e adoecimento, parece haver novamente um “profundo investimento na ideia de raça e uma radicalização da diferença” (MBEMBE, 2001, p. 181).

Ora, que peso teria a história quando a diferença é naturalizada e alojada no corpo? Reminiscências de um passado mítico realmente não parecem ser a alternativa mais profícua num cenário como esse... Aliás, num tom semelhante a Fanon quando lembrava os dilemas que se limitar ao passado poderia trazer para a compreensão dos desafios contemporâneos da alienação do negro, para Laguardia (2005, p. 379), a “atribuição equivocada das disparidades em saúde a diferenças raciais ou étnicas” pode “estar desviando a atenção dos pesquisadores para um estudo e compreensão adequados das causas subjacentes às disparidades”. Parafraseando Fanon, creio que “deveria ser iniciada uma autêntica compreensão da realidade do negro, em detrimento da cristalização” biológica (FANON, 2008, p. 170). É preciso compreender e tomar consciência quanto às causas de que fala Laguardia, pois é apenas a partir daí que se torna possível investir energia contra suas origens. Calvo-González (2009, p. 10) relatou que, seguindo essa cartilha, sindicatos baianos e nacionais de trabalhadores do ramo passaram a criticar a associação da leucopenia com o corpo negro e a denunciar as intenções perversas do hematologista antes citado para “proteger os interesses das indústrias”. Para os sindicalistas lembrados pela autora, o “argumento racial para explicar a diferença no valor de referên-

cia da contagem de leucócitos” acabou se tornando “parte do processo de luta de classe” (CALVO-GONZÁLES, 2009, p. 10).

Seguimos na pista de Fanon, agora através de passagens extraídas do escrito “Raça e cultura” (1980 [1956]):

A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. [...] A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo. (FANON, 1980 [1956], p. 39)

Em pleno coração das “nações civilizadoras”, os trabalhadores descobrem finalmente que a exploração do homem, base de um sistema, toma diversos rostos. Neste estádio, o racismo já não ousa mostrar-se sem disfarces. Contesta-se. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racista esconde-se. (FANON, 1980 [1956], p. 40)

[...] a necessidade que o opressor tem, num dado momento, de dissimular as formas de exploração não provoca o desaparecimento desta última. As relações econômicas mais elaboradas, menos grosseiras, exigem um revestimento cotidiano, mas, a este nível, a alienação continua a ser terrível. (FANON, 1980 [1956], p. 43)

De fato, continua a ser terrível... O racista esconde-se, ou ao menos tenta. O que temos no caso estudado por Elena Calvo-González (2009) parece ser uma dissimulação ou “revestimento cotidiano” do racismo e da exploração do homem às custas de seu corpo. Segundo alerta Fanon (1980 [1956], p. 36), como o “racismo não pôde esclerosar-se”, ele “teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia”, ou seja, “sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava”. Na medida em que o conjunto cultural em questão também inclui uma retórica de revolução tecnológica em termos de saúde e predição de doenças, incluindo aí suspeições sobre corpos racializados como mais propensos à incidência de certas condições ou patologias, o racismo seguiu operando sob novos revestimentos... Neste caso, em particular, essa narrativa parece ter inclusive dado novo fôlego ao “racismo vulgar, primitivo, simplista” que “pretendia encontrar no biológico a base material da

doutrina” racista (FANON, 1980 [1956], p. 36). Como num passe de mágica, um retorno perigoso... “Novos revestimentos” parecem endossar a reprodução de um também renovado “mundo físico” para operar a naturalização e reificação das distinções raciais.

Vejamos uma passagem extraída de um artigo publicado na *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*:

Este diagnóstico é comum em indivíduos da raça negra e seus descendentes, bem como em judeus iemenitas. Constata-se que essas etnias apresentam contagem de neutrófilos/leucócitos mais baixa em comparação à de indivíduos de raça branca. (GONZALES, 2010, p. 49)

Chega a ser curioso o fato de as “etnias” ou “raças” (cujo uso nesse e em outros artigos dedicados ao tema se mostra notadamente intercalado, confuso e problemático) identificadas serem “negro” e “judeu”, cuja leitura de Frantz Fanon à obra Jean-Paul Sartre em “Pele negra, máscaras brancas” (2008) permitiu interessantes correlações e análises. Neste caso convém lembrar como Fanon responde ao fato de Sartre sugerir em *Réflexions sur la question juive* que os judeus teriam se deixado “envenenar por uma certa representação que os outros fizeram deles” e, a partir daí, passado a viver “com receio de que seus atos correspondam a ela”, de modo que “sua conduta” teria passado a ser “sobredeterminada pelo interior” (FANON, 2008, p. 108). Em resposta a essa afirmação, Fanon sugere que “o judeu só não é amado a partir do momento em que é detectado”, enquanto que com o negro, por sua vez, “nenhuma chance” é “oferecida”, e isso na medida em que ele é “sobredeterminado pelo exterior”, não sendo assim apenas “escravo da ‘ideia’ que os outros fazem” dele, mas de sua “aparição” (FANON, 2008, p. 108). No objeto de estudo aqui retratado, no entanto, quando o que está em jogo é o sangue, a contagem de glóbulos brancos, ambos parecem correr o mesmo risco de serem sobredeterminados pelo interior... As palavras de Fanon (2008, p. 112), portanto, podem ser renovadas *pari passu* às inovações (?!) no campo da saúde: “Unia-me ao judeu, meu irmão de infortúnio. Uma vergonha!”.

Enfim, parece necessário (e prudente) investir num exame crítico do tema que, de forma atenta, parta

do pressuposto de que as diferenças não estão previamente “inscritas” na carne ou no sangue, mas são

[...] fruto de situações históricas e sociais que se expressam na existência e nos corpos daqueles que estão submetidos a práticas discriminatórias, em que a biologia e o meio ambiente interagem de maneira complexa na constituição de agravos à saúde (LAGUARDIA, 2005, p. 389-390).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem mais tempo e espaço para análises, chegou o momento de tecer algumas considerações finais. A bem da verdade, talvez essa seção esteja mais para “preocupação final”, e ela pode ser resumida em uma pergunta chave: à luz do objeto estudado na terceira seção, não estaríamos presenciando uma re-autorização de “raça” como marcador ou categoria biológica? (ABU EL HAJ, 2007, p. 284)

O exemplo da leucopenia faz pensar que, se a “pele negra” não é “depositária de valores específicos” (FANON, 2008, p. 188), para alguns o sangue o é. Talvez por mero acaso, mas ainda assim simbolicamente provocativo, o número de glóbulos brancos no corpo negro foi diagnosticado como naturalmente diminuído... Nessa narrativa que cliva não apenas as metafísicas de que falava Fanon (2008), mas os corpos e as células sanguíneas, negro e branco acabam sendo reificados como biologicamente distintos. Se outrora o avanço do conhecimento genético surgiu como forma de superação das crenças nas diferenças raciais como verdades biológicas, pouco a pouco algumas promessas vão ficando para trás. A “vitória” parece continuar brincando de “gato e rato” (FANON, 2008, p. 111). E nesse ponto creio que não se pode titubear. A narrativa de uma suposta predisposição natural a certas doenças ou condições com base em critérios raciais não traz respostas mais definitivas ou verdadeiras que determinantes de ordem social e econômica. A bem da verdade, sob risco uma compreensão míope do problema, não podemos perder de vista as relações entre ambos e seus efeitos. Reduzir “raça” a categorias biológicas seria perder de vista sua pista como “categoria social multifacetada que modela as interrelações entre o acesso diferencial ao poder e aos recursos societários de grupos populacionais hu-

manos com consequências à saúde dos seus membros” (LAGUARDIA, 2005, p. 380).

Qualquer tentativa de tornar “raça” um atributo “objetivo”, algo passível de definido e inscrito na “natureza” humana, precisa ser problematizada de forma implacável pelo analista. Categorias raciais ou étnicas não podem ser mobilizadas sem um rigor analítico e ético proporcional aos perigos subjacentes,

sob risco de endossar uma perversa “descontinuidade essencial entre conjuntos de indivíduos” (LAGUARDIA, 2005, p. 373). O pesquisador tem como dever intelectual e político rastrear e interpretar os paradoxos e riscos que elaborações como essa oferecem, e nessa empreitada, o espírito de “interrogação permanente” e o arcabouço teórico-conceitual de Frantz Fanon parecem ser um ótimo ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ABU EL-HAJ, Nadia. “The Genetic Reinscription of Race”. *Annual Review of Anthropology*, n. 36, 2007, p. 282-300.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, 78 p. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_etnicas.pdf>. Acesso em: 09 jan 2020.

CALVO-GONZALEZ, Elena. ‘Neutrófilo baixo quer dizer pé na cozinha?’: o papel de cientistas e não-cientistas nos discursos sobre leucopenia e diferença “racial” no Brasil contemporâneo. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009, 33. Caxambu, MG, Brasil, 2009.

DU BOIS, William E. B. “Do nosso labor espiritual”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Edições 70, 2011, p. 49-57.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

_____. “Antilhanos e Africanos”. In: _____. **Em defesa da revolução africana**. Tradução de Isabel Pascoal. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1980, p. 7-31.

_____. “Racismo e cultura”. In: _____. **Em defesa da revolução africana**. Tradução de Isabel Pascoal. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1980, p. 34-48.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison M. **“Por que Fanon? Por que agora?”**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2015, 260 p.

GONZALEZ, Luiz Ricardo et al. Neutropenia étnica na prática da Medicina do Trabalho: Revisão. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. São Paulo, v. 8, n. 1, 2010.

HEMORIO. Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti. **Manual do paciente - Leucopenia** [Orientações Básicas aos Pacientes e Familiares]. Rio de Janeiro (RJ), 2014. Disponível em: <<http://www.hemorio.rj.gov.br/html/pdf/Manuais/Leucopenia.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2020.

LAGUARDIA, Josué. Raças e doenças: uma relação delicada. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 417-422, 2002.

_____. Raça, genética & hipertensão: nova genética ou velha eugenia? **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 371-93, 2005.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SENGHOR, Léopold. “O contributo do homem negro”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Edições 70, 2011, p. 73-92.